



Ranking de Notícias: Veja o que foi destaque na ConJur na semana

A semana teve como destaque na **Consultor Jurídico** a notícia sobre a rejeição, pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, da [Ação Popular](#) contra a norma do Conselho Nacional de Justiça que dá a juízes benefícios concedidos a membros do Ministério Público por lei. Impetrada por um procurador federal, a ação questionava a Resolução 133/2011 do CNJ. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Demóstenes investigado

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a abertura de inquérito contra o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), suspeito de manter vínculos com o bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O bicheiro é acusado de comandar uma quadrilha responsável por uma rede de jogos ilegais. *Clique [aqui](#) para ler notícia.*

Processo no CNJ

O processamento de uma arguição de suspeição e impedimento contra a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, foi recebido pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cezar Peluso. A ação foi proposta pelo desembargador afastado do Tribunal de Justiça do Tocantins José Liberato Costa Póvoa, que acusa a ministra de persegui-lo. Segundo a arguição, a ministra, relatora do caso, tem demonstrando interesse e urgência pessoal no julgamento do processo contra o desembargador. *Clique [aqui](#) para ler notícia.*

Tráfico de Drogas

Não basta a alegação, pela autoridade policial, de que as escutas telefônicas foram realizadas mediante autorização judicial. É preciso que a comprovação material seja anexada ao processo. Com esse entendimento, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina [concedeu](#) Habeas Corpus e determinou a soltura de dois homens presos em flagrante, acusados de tráfico de drogas. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAL

“O Superior Tribunal de Justiça não precisa de mais ministros. Precisa de organização e de procedimentos que permitam racionalizar o tempo de trabalho dos 33 juízes que hoje compõem o tribunal”. A frase é do ministro **Luis Felipe Salomão**, do STJ, entrevistado da semana. Ele completará quatro anos na corte superior em junho, depois de uma longa carreira na magistratura fluminense. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Artigo de **Bruno Silva Rodrigues** e **Diogo Tebet da Cruz** afirma que jornalismo não pode investigar crimes a qualquer custo. Os autores citam casos de câmera escondida e um episódio em que um repórter foi nomeado gestor de compras pela direção de um hospital



federal no Rio de Janeiro. Clique [aqui](#) para ler o artigo.

Medição do *Google Analytics* aponta que a **ConJur** recebeu 527,8 mil visitas e 770 mil visualizações de página. A terça-feira (26/3) foi o dia com mais acessos, com 156,7 mil visitas. A notícia mais lida, com 6 mil acessos, fala do processamento de uma arguição de suspeição e impedimento contra a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, cujo processamento foi recebido pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cezar Peluso. Clique [aqui](#) para ler.

A segunda notícia mais lida, com 5 mil acessos, é sobre a Justiça do Trabalho. O Judiciário brasileiro tem colocado cada vez mais as empresas em pé de igualdade com o empregado e, buscando combater a chamada indústria de reclamações trabalhistas, tem sido mais rigoroso e aplicado multas para quem busca a proteção da lei de forma antiética. Clique [aqui](#) para ler.

AS 10 MAIS LIDAS

[Peluso recebe arguição de suspeição contra Eliana Calmon](#)
[Empregado deixa de ser vítima na Justiça do Trabalho](#)
[Só bafômetro ou exame de sangue atestam embriaguez](#)
[PGFN aumenta valor mínimo para execuções fiscais](#)
[AGU contesta norma do CNJ que dá benefícios a juízes](#)
[Fux rejeita ação popular contra benefícios de juízes](#)
[Revisão de benefício do INSS prescreve em 10 anos](#)
[TRF-4 reconhece inconstitucionalidade de EC 62](#)
[Peluso defende restringir acesso a processos penais](#)
[Prisão domiciliar pode ser concedida em qualquer regime](#)

AS MANCHETES DA SEMANA

[Justiça mantém hospital gaúcho em funcionamento](#)
[Fux rejeita ação popular contra benefícios de juízes](#)
[Desembargadores do quinto não receberão licença-prêmio](#)
[Lewandowski é relator de investigação contra Demóstenes](#)
[Escuta ilegal da Polícia causa anulação de flagrante](#)
[Peluso recebe arguição de suspeição contra Eliana Calmon](#)
[AGU contesta norma do CNJ que dá benefícios a juízes](#)
[PGFN aumenta valor mínimo para execuções fiscais](#)
[Banco de falências deve reduzir demora em ações](#)
[Cabe HC para questionar legalidade de escuta, diz STJ](#)
[“Para o STJ sair da asfixia, basta mudar velhas práticas”](#)
[Vara de Jaboatão marca todas as audiências de presos](#)

Meta Fields